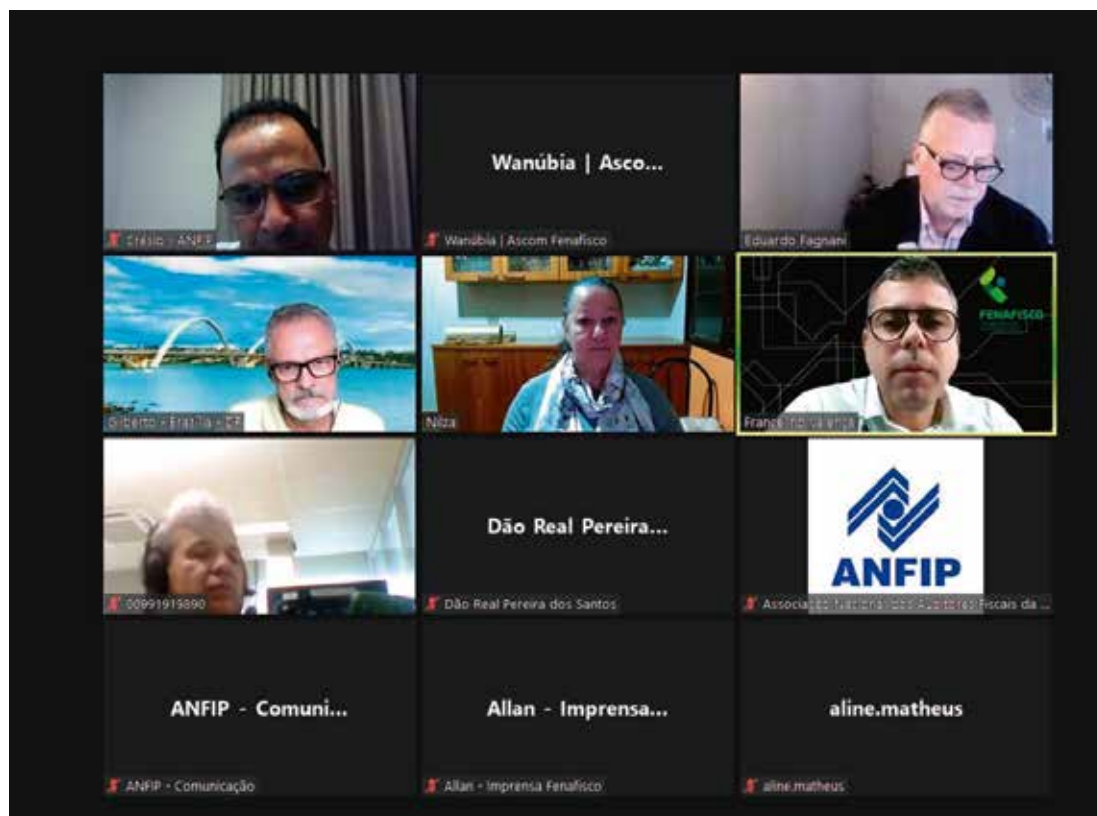




30 Anos
Sindifisco | MS
Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita
Estadual de Mato Grosso do Sul

www.sindifisco-ms.org.br



Reforma tributária: fisco organiza debate com presidentiáveis

Representantes da Fenafisco, Anfip e Sindifisco Nacional se reuniram na última terça-feira (17), com o economista Eduardo Fagnani e as respectivas assessorias de Comunicação das entidades, para alinhar as ações do evento que reunirá os principais candidatos à presidência e suas assessorias econômicas, em um evento interno, para debater propostas de reforma tributária para o desenvolvimento do Brasil.

O evento intitulado: Reforma Tributária – Diálogos com os presidentiáveis 2022, é uma iniciativa das entidades do Fisco Estadual e Federal, sob coordenação técnica do professor de Economia, Eduardo Fagnani.

Projeto de ICMS pode tirar R\$ 70 bi de Estados e municípios

Se combustíveis, energia e telecomunicações tiverem a alíquota máxima do ICMS fixada em 17%, Estados e municípios devem perder cerca de R\$ 70 bilhões de arrecadação por ano. A previsão é do economista Sergio Gobetti, especialista em finanças públicas que monitora as contas dos governos regionais.

A fixação de alíquota máxima de 17% do ICMS (tributo cobrado pelos Estados) sobre energia, combustíveis, telecomunicações e transportes está prevista em projeto de lei complementar (PLP) que o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), quer pautar na próxima semana. Para pressionar os Estados a reduzir os tributos, ele ameaçou pôr em votação o projeto. A urgência para a tramitação foi aprovada na noite de quarta.





Lira colocará em votação teto de 17% para ICMS

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou no Twitter, na quinta-feira (19), que vai colocar em votação na próxima terça (24) uma proposta que fixa teto de 17% para a alíquota do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS), um tributo estadual, sobre combustíveis e energia elétrica.

“Colocarei em votação na terça-feira a lei que classifica combustíveis, energia elétrica, telecomunicações e transportes como bens e serviços essenciais. Portanto, com alíquota MÁXIMA de ICMS de 17%”, disse.

Leia mais em www.sindifisco-ms.org.br

Pacheco é contra projeto que reduz e unifica ICMS

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) se mostrou contrário à proposta defendida pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que limita em 17% a cobrança de ICMS para tarifas de energia elétrica e combustível. O deputado federal prometeu votar o projeto que fixa o percentual da cobrança na próxima terça-feira, em mais uma frente para tentar reduzir a inflação neste ano eleitoral, que prejudica a popularidade de Jair Bolsonaro, seu aliado.

A proposta, de autoria do deputado Danilo Forte (União-CE), está sendo articulada na Câmara, mas deve enfrentar resistências no Senado. Pacheco deve manter a mesma posição que teve sobre a fixação de uma alíquota única para os estados no projeto que previa a criação de uma conta de estabilização para diminuir o preço dos combustíveis. Essa proposta está parada na Câmara desde março.



Leia mais em www.sindifisco-ms.org.br

Elon Musk veio ao Brasil se encontrar com Bolsonaro

O bilionário Elon Musk e o presidente Jair Bolsonaro (PL) se encontraram na manhã desta sexta-feira (20) durante um evento no interior de SP. Os dois participaram de um evento com cerca de 100 convidados em um hotel de luxo em Porto Feliz (SP).

A visita do homem mais rico do mundo ao Brasil faz parte do lançamento de um projeto envolvendo a Starlink, rede de satélites da empresa Space X, da qual ele é dono, que promete internet de alta velocidade e acesso em locais remotos. Em uma postagem no Twitter, Musk disse que o projeto vai conectar 19 mil escolas nas zonas rurais e monitorar a Amazônia.



Leia mais em www.sindifisco-ms.org.br

Guedes critica camelódromo virtual e sugere imposto digital

O ministro Paulo Guedes (Economia) avalia que a importação de produtos com notas fiscais falsas precisa de um olhar atento do governo. Disse que há uma concorrência desigual entre as empresas brasileiras que pagam todos os impostos e companhias que trazem produtos do exterior com valores fraudados. “O mundo está em transformação rápida. Os caras estão, realmente, despejando o tal do camelódromo. Existe mesmo. É uma invasão maciça”, afirmou durante live da Arko Advice com o TC (Traders Club), na quinta-feira (19). Guedes disse que o digitax (imposto digital) é uma forma de “equalizar” o jogo para evitar fraudes em transações, sejam em reais ou em bitcoin.



Economia de mercado e democracia fazem do Brasil país confiável

Ser uma democracia ocidental estruturada em uma economia de mercado, e estar localizado próximo aos mercados europeu e norte-americano, ajudará o Brasil a se beneficiar da busca cada vez maior de outros países por segurança energética e alimentar. Mas para garantir essa posição, é fundamental que o país se destaque também como uma potência verde que preserva recursos ambientais e avança na transição para fontes limpas de energia.

Estas foram as previsões apresentadas pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, durante o Congresso Mercado Global de Carbono – Descarbonização & Investimentos Verdes. O evento, do qual participam ministros, secretários, empresários e autoridades, que encerrou na sexta-feira (20) no Museu do Meio Ambiente, localizado no Jardim Botânico do Rio de Janeiro.



Governo eleva expectativa de inflação em 2022 de 6,5% para 7,9%

O Ministério da Economia elevou a expectativa de inflação deste ano de 6,55% para 7,9% e manteve a projeção para o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) para 2022 em 1,5%. As projeções do ministério divulgadas na quinta-feira (19) estão no Boletim Macrofiscal, atualizado bimestralmente pela SPE (Secretaria de Política Econômica).

A taxa prevista de 7,9% para o IPCA supera a meta a ser perseguida pelo Banco Central. O valor fixado pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) para este ano é de 3,5% - com 1,5 ponto percentual de tolerância para mais ou para menos.





Mineradoras teriam deixado de pagar US\$ 5 bi em impostos

Estudo inédito do Instituto Justiça Fiscal (IJF), organização formada por economistas e auditores da Receita Federal, e coordenado pelo Observatório da Mineração, indica que mineradoras no Brasil teriam deixado de pagar US\$ 5 bilhões (R\$ 25,2 bilhões) de impostos em quatro anos, de 2017 a 2020.

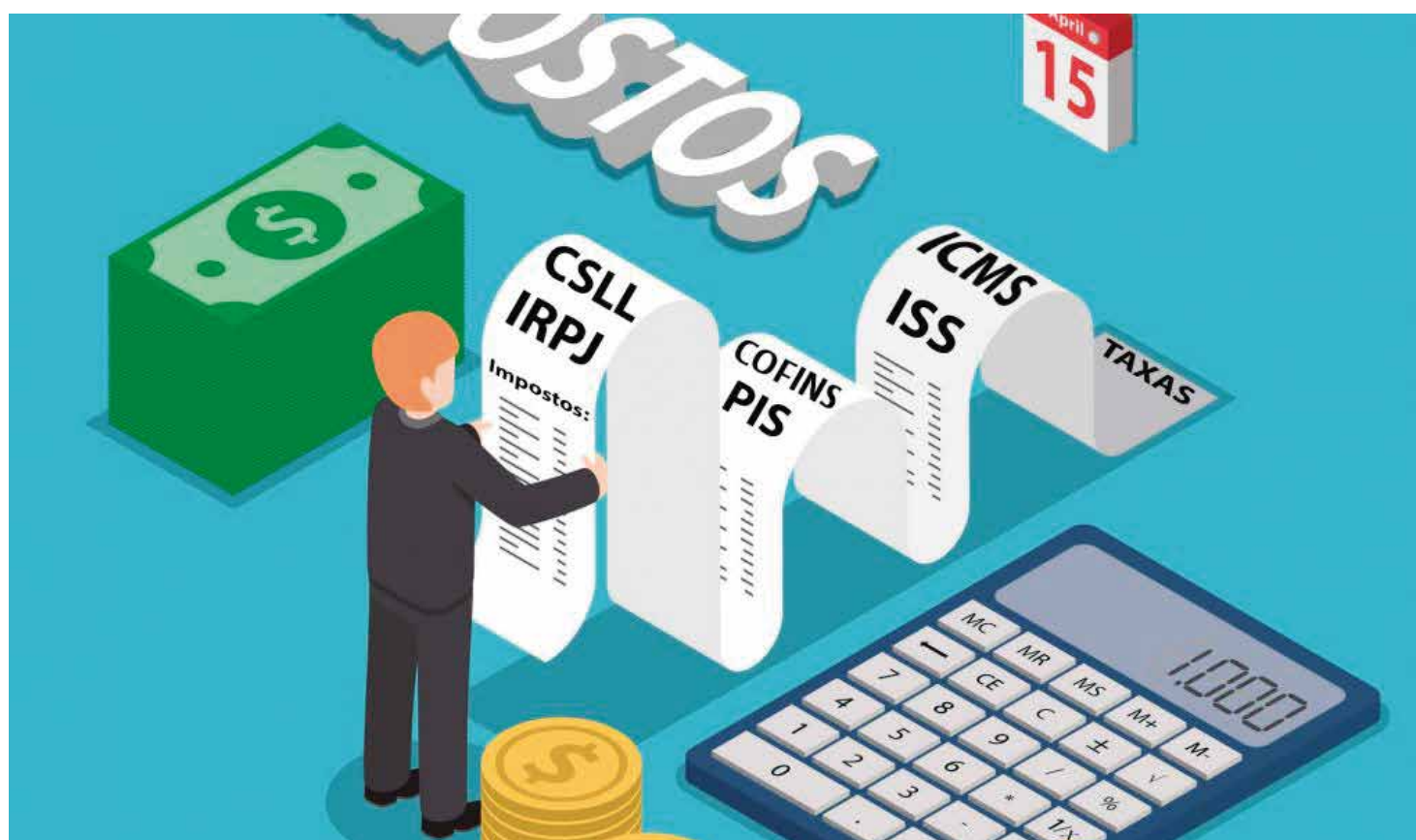
Os dados de pagamentos de impostos de empresas são sigilosos, então não há certeza se houve mesmo irregularidades e qual o seu tamanho. Mas os especialistas dizem que tudo indica que houve e afirmam que chegaram a essa conclusão e ao valor de US\$ 5 bilhões considerando os movimentos de exportação, a legislação e outros dados do setor de mineração. Os valores de exportações seriam subfaturados, o que geraria menos impostos a pagar. As empresas negam irregularidades.

Leia mais em www.sindifisco-ms.org.br

Governo cobra repasse da redução de impostos ao consumidor

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que o governo está realizando rodadas de conversas com representantes da indústria para cobrar o repasse da redução dos impostos ao consumidor, na segunda-feira (16), durante a cerimônia de abertura da 36ª Edição da APAS Show.

“Estamos perguntando por que a redução dos impostos não está sendo repassada ao consumidor. Não adianta apenas reduzir (imposto). É preciso que isso chegue ao consumidor”, disse Guedes a uma plateia formada por líderes dos principais supermercados no país.



Repercussão geral em recurso: ITCMD sobre PGBL e VGBL



Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceram, por unanimidade, que há questão constitucional e repercussão geral no recurso extraordinário que discute se incide ITCMD sobre o Plano Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) e o Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) na hipótese de morte de titular do plano.

O julgamento do RE 1363013, entre o Estado do Rio de Janeiro e a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados, de Capitalização e de Previdência Complementar Aberta (Fenaseg), foi finalizado na quinta-feira (12/5) no plenário virtual do STF. Não há data para o julgamento do mérito do caso. No entendimento do tribunal de origem, os planos possuem natureza distinta. O VGBL teria natureza de seguro de pessoa e, portanto, não daria ensejo ao fato gerador do ITCMD. O PGBL teria natureza de poupança previdenciária, com transmissão aos herdeiros no momento da morte do titular, o que ensejaria a tributação pelo ITCMD.

Secretaria Estadual de Fazenda do MS tem novo titular

Foi publicada no Diário Oficial de segunda-feira (18) a nomeação do novo Secretário Estadual de Fazenda, Luiz Renato Adler Ralho. Formado em Direito pela Universidade Católica Dom Bosco, Adler possui pós-graduação em Direito Tributário, mestrado em Direito Empresarial e doutorado em Processo Civil.

Luiz Renato também atua como professor há mais de uma década, tendo lecionado na Universidade Estácio de Sá, Universidade Católica Dom Bosco, Escola Superior de Advocacia (ESA) da Ordem dos Advogados do Brasil seccional Mato Grosso do Sul (OAB-MS) e Unigran Capital. O auditor fiscal da Receita Estadual, Lauri Kener, segue como Secretário de Fazenda Adjunto.





Leia mais em www.sindifisco-ms.org.br

Industrialização de MS caminha para uma nova configuração

A industrialização de MS caminha para uma nova configuração. De mais investimentos, qualificação e principalmente oportunidades. Apostando na atração de empreendimentos com pegada sustentável, renováveis e principalmente com capacidade extensiva de geração e empregos, a política de trocar “incentivos por vagas” está dando resultados. Exemplo disso foi a entrega esta semana, da expansão do Núcleo Industrial de Dourados.

Segunda maior cidade do Mato Grosso do Sul, Dourados recebeu a reestruturação do seu Núcleo Industrial com a entrega de lotes e regularização de empresas que preveem geração de quase 800 vagas com investimentos de R\$ 73 milhões.



Leia mais em www.sindifisco-ms.org.br

“Para nós não impacta nada”, diz Azambuja sobre ICMS dos combustíveis

O governador Reinaldo Azambuja afirmou que a decisão do STF de suspender a resolução do Confaz, a qual trata da cobrança do ICMS na comercialização do diesel, não vai afetar nada em Mato Grosso do Sul.

O governador lembrou que o Estado já congelou o imposto desde abril de 2021. “Hoje estamos com o combustível – se você pegar a pauta de gasolina e diesel – mais baixa do Brasil”, disse.

Desejamos a todos um excelente final de semana.

Leia mais em www.sindifisco-ms.org.br



@sindifidcoms



Sindifisco -MS



www.sindifisco-ms.org.br